

14 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# J&F gastou R\$ 2,1 mi em instituto de Gilmar

Valores foram repassados a título de patrocínio à entidade de Direito que tem o ministro do STF como sócio

**IDP disse que devolveu R\$ 650 mil deste total após revelação do acordo de delação de executivos da empresa**

LETÍCIA CASADO  
CAMILA MATTOSO  
DE BRASÍLIA

O grupo J&F, que controla a JBS, gastou nos últimos dois anos R\$ 2,1 milhões em patrocínio de eventos do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), que tem como sócio o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Ao ser questionado pela **Folha** sobre o assunto, o instituto disse que devolveu R\$ 650 mil deste total no dia 29 de maio, após a revelação do acordo de delação premiada de executivos da empresa.

O IDP diz que, em razão de uma cláusula contratual relacionada à conduta ética e moral por parte do patrocinador, rescindiu um contrato assinado em 11 de junho de 2015 com o grupo.

Segundo a faculdade, os recursos foram destinados a cinco eventos, “além do suporte a um grupo de estudos em Direito do Trabalho, da concessão de bolsas de estudo para estudantes carentes e egressos do sistema prisional, cursos gratuitos para a comunidade”.

De acordo com o IDP e a JBS, um dos congressos incluídos nos patrocínios ocorreu em abril, em Portugal, pouco mais de uma semana

depois de sete executivos do frigorífico firmarem um acordo de delação com o Ministério Público Federal. Participaram daquele encontro magistrados, ministros do governo de Michel Temer, além de advogados e políticos.

A JBS, por meio da assessoria de imprensa, diz que gastou R\$ 1,45 milhão desde 2015, sem mencionar a devolução de R\$ 650 mil. A empresa cita três congressos patrocinados, sendo o último realizado em Portugal, neste ano, no valor de R\$ 650 mil.

A delação foi homologada pelo ministro Edson Fachin no STF, relator do caso, que decidiu levar ao plenário do tribunal um recurso do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), que contesta sua relatoria. Ou seja, o colegiado do qual Gilmar faz parte terá que tomar decisão sobre a delação. Não há ainda data para esse julgamento.

Em maio, Gilmar defendeu que a homologação da delação fosse discutida pelo plenário. O acordo tem sido alvo de críticas por supostas fragilidades em relação a penas dos envolvidos.

No dia 27 de maio, reportagem da **Folha** informou que a família de Gilmar vende gado no Mato Grosso para o frigorífico — segundo ele, as negociações são encabeçadas pelo irmão. O ministro diz que não havia motivo para se declarar impedido de participar de votações sobre assuntos envolvendo a empresa.

No ocasião, a reportagem

o questionou sobre encontro que teve com o empresário Joesley Batista, delator e um dos sócios da JBS que gravou secretamente o presidente Temer e o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Gilmar confirmou a reunião, ocorrida, segundo ele, a pedido do advogado Francisco de Assis e Silva, outro delator da empresa. Joesley, de acordo com Gilmar, apareceu de surpresa. A reunião, diz o ministro, tratou de questão referente a um julgamento do STF sobre o setor de agronegócio.

A data da conversa, segundo Gilmar, é posterior a 30 de março, quando o tribunal realizou um julgamento sobre o Funrural, fundo abastecido com contribuições de produtores rurais à previdência.

O IDP anunciou a presença do presidente Temer em um seminário patrocinado pelo governo. De acordo com a programação, Temer participará da cerimônia de abertura do seminário, marcado para os dias 20 e 21 de junho.

O evento é chamado de “7º Seminário Internacional de Direito Administrativo e Administração Pública-Segurança Pública a Partir do Sistema Prisional”. O anúncio no site da faculdade de Gilmar estampa propaganda da Caixa e o logo oficial do governo. O banco informou à **Folha** que vai repassar R\$ 90 mil de patrocínio. O ministro e a faculdade negam conflitos de interesse — alegam que a Caixa patrocina eventos do instituto desde 2011.

**CONTINUA**

14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

## Ministro diz que não administra o instituto

O IDP afirmou que até a delação, “a conduta das empresas do grupo J&F era considerada exemplar”, inclusive como relevantes patrocinadores de iniciativas acadêmicas e culturais de inúmeras instituições públicas e privadas.

“As ofertas de patrocínio, para qualquer empresa, são formuladas pela administração e pelo jurídico do IDP, por escrito. A exposição da marca é sempre decisão unilateral do patrocinador”, disse o instituto.

Sobre os R\$ 650 mil devolvidos em maio, o IDP diz que os recursos chegaram depois da realização do evento. E, por isso, como não foram gastos, foram devolvidos.

Por meio da assessoria, Gilmar disse que “não é, nem nunca foi, administrador do IDP. Sendo assim, não há como se manifestar sobre questões relativas à administração do instituto”. E citou as regras previstas na legislação sobre possível impedimento dele em julgamentos.

A assessoria da JBS não respondeu a diversas questões feitas pela **Folha**: quem fez os pedidos em nome do IDP, se houve alguma solicitação por parte de Gilmar e se a JBS costuma patrocinar eventos de outras faculdades.

14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

MARCELO COELHO

## Os desmoralizados

Não só o Tribunal Eleitoral,  
mas todos os lados saem  
do julgamento de Michel  
Temer sob suspeita

*TENTO TIRAR algumas conclusões a partir da vitória de Michel Temer no TSE, mas escrevo num estado de desânimo total. Não foram apenas os políticos que, em sua maioria, perderam o pouco de cuidado ético que ainda pudessem ostentar. É a sociedade inteira que está em franco processo de desmoralização.*

*Começo com o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral.*

*Acompanhei ao longo de todos aqueles dias o voto do ministro Herman Benjamin, que, com infinita paciência e ampla acumulação de provas, deixou claro, ao menos para mim, que não havia argumento para inocentar a chapa Dilma-Temer.*

*Ele pôs por terra a ideia de que seu voto se baseava apenas na palavra de delatores. Apresentou provas e provas. Eram planilhas com os pagamentos, depósitos bancários em contas no exterior, conversas por e-mail, até papéis manuscritos evidenciando os acertos irregulares de campanha.*

*Pouco importou. O ministro Napoleão Maia, sem dúvida o mais folclórico do grupo, insistiu na tese da delação premiada, como se não tivesse ouvido nada do que estava no voto de Herman Benjamin.*

*Outros se aferraram à versão de que a causa extrapolara seus objetivos iniciais. Mas Herman Benjamin demonstrara rigorosamente que esse não era o caso; para refutá-lo, teriam sido necessários mais três dias de debate, sem garantia de sucesso.*

*Melhor seria mandar às favas todos os fatos e concentrar-se apenas no aspecto político da coisa, o que*

*fez em grande parte Gilmar Mendes.*

*Não se trata de um processo qualquer, argumentava. Não se tira um presidente da República na base do tapetão. E, em tese, acho que ele está certo nesse ponto.*

*Por que, então, não ter interrompido o processo quando a relatora do caso, em 2015, votara pelo seu arquivamento? Gilmar Mendes disse que, naquele momento, havia motivos para investigar melhor as acusações.*

*Do mesmo modo, argumentou, magistrados aceitam uma denúncia, transformando alguém em réu, e mais tarde acabam por inocentá-lo.*

*Sim. É o que ocorre num processo criminal qualquer. Mas Gilmar Mendes também tinha dito que aquele não era um processo qualquer...*

*Minha convicção é que se usava contra Dilma Rousseff, em 2015, de um rigor que se abandonou contra Michel Temer.*

*Todo o processo foi uma molecagem, uma irresponsabilidade, uma aventura golpista do PSDB — que, como sempre, ostenta uma aura de respeito que só possui entre os tomados de voluntária cegueira direitista.*

*Ainda assim, uma estranha justiça terminou sendo feita. Pois a enorme lambança com a Odebrecht foi diretamente gerida pelo PT e seus italianos, pós-italianos, ex-moralistas e pós-trotskistas. Por que Temer teria de pagar o pato?*

*Quem queria agora a cassação de Temer estaria provavelmente defendendo Dilma se o processo tivesse ocorrido em 2015 — como sugeriu Gilmar Mendes em entrevista à **Folha**, aproveitando para desacreditar três de seus colegas no STF.*

*A Justiça se desmoraliza, é claro, quanto mais se imbrica numa vida política dominada pelos grandes interesses empresariais. Tanto com Temer quanto com Dilma.*

*Muitos petistas não admitem essa constatação. Mas, para tirar Temer, baseiam-se nas provas de que Odebrecht corrompeu o governo Dilma! É um paradoxo e tanto.*

*Depois de um impeachment baseado no pretexto das pedaladas fiscais, a direita reza por Temer, baseada na tese sacrossanta do mandato popular. Em nome do combate à corrupção, milhões se mobilizaram contra Dilma — e ficam em casa a favor de Temer.*

*Sob o nome “mandato popular”, o que se faz é defender a reforma da Previdência. Se, para aprovar a pauta fosse necessária a intervenção do Exército, muitos de nossos liberais não hesitariam em convocá-lo.*

*Já não vimos, sem maior escândalo, a PM usar armas de fogo numa manifestação anti-Temer? E que democratas são esses manifestantes, incendiando o que veem pela frente?*

*Tatua-se na testa de um delinquentezinho a frase “sou ladrão”; fariam isso na testa de qualquer político, sem saber que na própria está dito “votai nele”.*

*O golpista vira democrata, o golpeado quer o golpe. O torturador defende a lei, o jurista inventa um jeitinho. A esquerda ajuda a Odebrecht a sonegar imposto e a direita se aproveita do resultado. Os desmoralizados dão lição de moral.*

*Quem quiser falar em princípios ou em coerência, nesse clima, corre o risco de falar sozinho.*

14 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

hubert.

O VOTO DE ME ENERVA



14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## O STF fala demais e cala demais

**ELIO GASPARI**

**O filme da Abin xeretando o STF é ruim, velho, e em 2008 denunciava o risco de um Estado policial petista**

**MAIS UMA** crise: o governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para xeretar a vida do ministro Edson Fachin, do STF. Como Michel Temer, ele teria voado num jatinho da JBS.

De bate-pronto, a ministra Cármen Lúcia disse que “é inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o Supremo Tribunal Federal, contra a democracia e contra as liberdades, se confirmada a informação de devassa ilegal de um dos seus integrantes.”

O procurador-geral Rodrigo Janot acrescentou: “Não quero acreditar que isso tenha acontecido. Usar um órgão de inteligência do Estado de forma espúria para investigar um dos Poderes da República (...) é a institucionalidade de um Estado policial, de um Estado de exceção.”

O ministro Gilmar Mendes emendou: “A tentativa de intimidação de qualquer membro do Judiciário, seja por parte de órgãos do governo, seja por parte do Ministério Público, ou da Polícia Federal, é lamentável e deve ser veementemente combatida.”

Faltou ouvir Sérgio Porto, o genial criador do politicamente incorreto “Samba do Crioulo Doi Mo”:

“Joaquim José

Que também é

Da Silva Xavier

Queria ser dono do mundo

E se elegeu Pedro II”.

O crioulo do samba disse besteira, mas foi afirmativo. Cármen Lúcia, Rodrigo Janot e Gilmar Mendes não disseram nada, e sabiam disso. A ministra enxertou uma pegadinha: “se confirmada”. Janot pôs a sua: “não quero acreditar”. Gilmar foi veementemente genérico. (Três dias depois, Cármen Lúcia fez outra nota, retificando a primeira, mas o estrago estava feito.)

A crise política está de um tamanho que ninguém perderia nada se esperasse ao menos 48 horas para opinar a respeito de mais uma notícia estarrecedora.

Como o Planalto já disse que Temer não voou na Air JBS e era mentira, tudo pode acontecer no seu bunker tabajara. O envolvimento formal da Abin numa operação desse tipo seria impossível, pois deixaria rastro. Vai daí, o governo sempre poderá desmentir a conexão. Já uma ação de colaboradores teoricamente avulsos produziria o efeito desejado, sem os riscos legais e ninguém poderia dizer que era coisa da Abin. Essa é uma ideia que sempre está ao alcance de um cacique tabajara. Afinal, formalmente, o SNI, ancestral da Abin, nunca reconheceu ter fotografado deputado em motel nem bispo atracado em cinema. Esse truque livra a cara da agência mas deixa a de Temer na vitrine (Fachin bem que poderia esclarecer se voou na Air JBS. Numa época em que seus pares falam demais, ele está falando de menos).

A nova crise abalou ainda mais a fragilizada figura de Temer, esquentou o fim de semana mas, com o que há na panela, marcha em direção ao nada porque parte do quase nada.

A novidade do episódio está na sua velhice. Em agosto de 2008 abriu-se uma crise porque foi revelado que a Abin havia grampeado uma conversa telefônica do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com um senador goiano.

Ao contrário do que sucede hoje, a denúncia tinha algum amparo factual, pois existia a transcrição do telefonema. Apocalíptico, o ministro anunciou que o país vivia “um quadro preocupante de crise institucional”. Havia a ameaça de um “Estado policialesco”.

A denúncia foi investigada e ao fim de dez meses concluiu-se que nada se podia concluir, pois havia uma transcrição, mas faltava o áudio.

Em 2009, enquanto uma equipe da Polícia Federal tentava desvendar o caso da conversa de Gilmar Mendes, outra ouvia, com autorização judicial, o aparelho Nextel anti-grampo do senador Demóstenes Torres, seu interlocutor. Ele operava favores e mimos com o contraventor Carlinhos Cachoeira e teve seu mandato cassado em 2012.

14 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Cabral é condenado a 14 anos sob acusação de corrupção

Trata-se da primeira sentença contra o ex-governador do Rio na Lava Jato

**Peemedebista é réu em outras nove ações no Estado; ex-primeira-dama Adriana Ancelmo foi absolvida**

O juiz Sergio Moro condenou o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a 14 anos e dois meses de prisão sob acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além de pagamento de multa de cerca de R\$ 600 mil.

É a primeira condenação do ex-governador na Lava Jato, que ainda é réu em outras nove ações no âmbito da operação. Cabral negocia delação premiada.

Também foram condenados o ex-secretário de Governo Wilson Carlos e o operador Carlos Emanuel Miranda.

As mulheres de Cabral, Adriana Ancelmo, e Wilson Carlos, Mônica Carvalho, foram absolvidas.

Preso desde novembro de 2016, o peemedebista é acusado neste processo de ter recebido R\$ 2,7 milhões em dinheiro pelo contrato de terraplanagem do Comperj, obra da Petrobras. O pagamento foi solicitado pelo próprio governador, numa reunião no Palácio da Guanabara, em 2008, segundo a denúncia. O

valor corresponde a 1% do total que a Andrade Gutierrez recebeu pela obra.

Wilson Carlos seria o interlocutor com os representantes da empreiteira e Miranda, o responsável por recolher o dinheiro vivo. Ex-executivos da Andrade viraram delatores e deram detalhes sobre o caso.

Segundo o Ministério Público, os valores foram usados na compra de artigos de alto valor, como roupas de grife, móveis de luxo, blindagem de automóveis e vestidos da ex-primeira-dama.

Na decisão, Moro afirmou que o crime de Cabral é um dos fatores que causaram a crise financeira do Rio de Janeiro, em “situação quase falimentar, com sofrimento da população e dos servidores públicos”.

Para o juiz, o peemedebista, que governou o Rio de 2007 a 2014, era o líder do esquema, tinha “ganância desmedida” e traiu a confiança de quem votou nele. “Não pode haver ofensa mais grave.”

Esta é a primeira sentença da Operação Lava Jato contra um ex-governador por crimes cometidos à frente do Estado. Com as delações da Odebrecht, a tendência é de que mais investigações sobre autoridades regionais ocorram.

Cabral ainda é réu em ou-

tras nove ações penais no Rio, sob responsabilidade do juiz Marcelo Bretas —esta era a única ação com Moro.

Em depoimento a Moro, Cabral afirmou que o dinheiro usado tratava-se de “sobras de caixa dois de campanha”. Moro, contudo, rejeitou a tese. “Não é viável admitir alibi (...) com base somente na palavra do acusado quando ausente qualquer outra mínima prova.”

Moro absolveu Ancelmo por considerar que a Procuradoria não conseguiu provar que ela tenha participado dos atos criminosos—à exceção de joias, que não fizeram parte da acusação em Curitiba.

“É certo que Adriana de Lourdes Ancelmo tinha um padrão de vida, especialmente de consumo, acima do normal e inconsistente com os rendimentos lícitos dela e do ex-governador. É reprovável que tenha gasto recursos provenientes de crimes de corrupção para aquisição de bens, inclusive de luxo. Entretanto, como já apontado, o gasto do produto do crime em bens de consumo não é, por si só, lavagem de dinheiro e não há prova suficiente de que ela participou das condutas de ocultação e dissimulação que caracterizaram esse crime no caso concreto”, afirmou Moro.

CONTINUA

## AS ACUSAÇÕES CONTRA CABRAL Cronologia das denúncias na Lava Jato

### CONTINUAÇÃO

A ex-primeira-dama é alvo de outras três ações penais no Rio sob acusação de lavagem de dinheiro por meio de compra de joias e de repasses feitos a seu escritório.

Bretas estima que a a sentença da primeira acusação ao ex-governador será divulgada no mês que vem. (ITALO NOGUEIRA)

### >OUTRO LADO<

## Defesas afirmam que vão recorrer da decisão

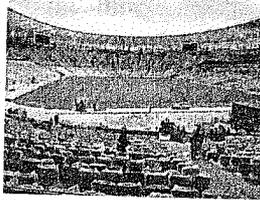
As defesas do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e de seu ex-assessor Carlos Emanuel Miranda afirmaram que vão recorrer da condenação.

No processo, a defesa de Cabral afirmou que o acordo de colaboração com os ex-executivos da Andrade é ilegal e que houve cerceamento de defesa porque os advogados falaram com o réu na prisão apenas por parlatório.

O advogado de Miranda diz que ele exercia atividade lícita que justifica as compras que fez. A defesa de Wilson Carlos ainda não se pronunciou.

6.dez.2016

Corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa em obras do governo do Estado financiadas por recursos federais, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e a reforma do Maracanã para a Copa de 2014;



16.dez.2016

Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção envolvendo as obras do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), da Petrobras;

10.fev.2017

Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas junto com Eike Batista, em razão da criação de uma offshore que "aconselhou" o empresário na compra de uma mina de ouro;



14.fev.2017

Corrupção passiva e lavagem de dinheiro envolvendo pagamento de despesas pessoais por empreiteiras e empresas diversas;

21.fev.2017

Lavagem de dinheiro por meio de empresas fantasmas e compra

de veículos e imóveis, na tentativa de ocultar dinheiro de propina recebido de empresas;

8.mar.2017

Evasão de divisas, lavagem de dinheiro e corrupção passiva envolvendo propinas pagas no exterior, parte delas em diamantes;

20.abr.2017

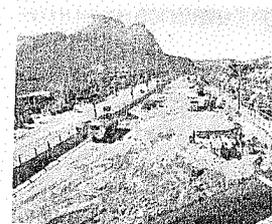
Fraudes em licitações para a reforma do estádio do Maracanã e obras de urbanização de favelas por meio do PAC, e superfaturamento e formação de cartel em obras públicas financiadas pela União;

15.mai.2017

Corrupção passiva e ativa e organização criminosa por propinas na Secretaria de Estado da Saúde, entre 2007 e 2014;

23.mai.2017

Corrupção ativa e passiva por esquema de pagamento de propina envolvendo a empreiteira Carioca Christiani-Nielsen, em contratos das obras do Arco Metropolitano, do PAC Favelas e da Linha 4 do metrô;



2.jun.2017

Lavagem de dinheiro envolvendo o pagamento de propinas da FW Engenharia por meio da Survey Mar e Serviços Ltda

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## Ganância desmedida

**BRASÍLIA** - Na sentença que condenou Sérgio Cabral a 14 anos de prisão, o juiz Sergio Moro afirma que o ex-governador do Rio revelou "ganância desmedida". Não bastava desviar dinheiro dos cofres públicos. Era preciso esbanjá-lo em joias, iates, ternos sob medida, sapatos de sola vermelha.

A ganância de Cabral impressiona até quem não dava um tostão furado pelo seu discurso moralista. Criado numa família de classe média, ele nunca exerceu uma profissão fora da política. Enriqueceu no poder e fez questão de ostentar um padrão de consumo de milionário.

Enquanto governava, o peemedebista chegou a fazer 12 viagens internacionais num ano. Seus destinos preferidos eram Londres, Paris e Nova York, onde ele e a mulher jantavam em restaurantes estrelados e renovavam o estoque de grifes.

As investigações apontaram que o ex-governador mantinha cerca de US\$ 100 milhões no exterior. Só em peças de diamante, armazenadas em cofres na Suíça, ele mantinha uma reserva superior a US\$ 2 milhões.

A voracidade da quadrilha de Cabral ajuda a explicar a falência do Rio. Depois de viver um ciclo de expansão econômica, o Estado virou terra arrasada. Falta dinheiro para quitar salários dos servidores e manter os serviços essenciais. A penúria já levou ao fechamento de restaurantes populares, bibliotecas e teatros.

A Uerj, uma das universidades mais prestigiadas do país, agoniza por falta de recursos. No início da semana, um professor de química com pós-doutorado no exterior causou comoção após pedir ajuda a desconhecidos para pagar as contas.

O ex-governador foi condenado por fraudes numa obra da Petrobras em Itaboraí. Ele ainda responde a outras nove ações penais. A sentença de Moro lista outros focos de corrupção: Maracanã, metrô de Copacabana, arco rodoviário, urbanização de favelas. No futuro, será possível montar um roteiro turístico só com os alvos da ganância cabralina.

14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

## Crimes da mala

**RIO DE JANEIRO.** Em 1928, em São Paulo, um imigrante italiano, Giuseppe Pistone, estrangulou sua mulher Maria Mercedes, que o denunciara como trambiqueiro. O que fazer com o cadáver? Pistone serrou-o pelas pernas; espremeu-o numa mala e despachou-o para um destinatário inexistente em Bordeaux, França. Ao ser içada a bordo do navio Massilia, em Santos, a mala abriu acidentalmente e revelou-se o seu conteúdo. Pistone foi preso e condenado a 31 anos. Cumpriu 13, saiu e até se casou de novo.

O caso passou à história como “o crime da mala”, embora não fosse o primeiro nem o último com esse nome. Há cinco anos, também em São Paulo, uma mulher matou a tiros o marido, executivo de uma grande empresa fabricante de pipoca. Experiente em enfermagem, ela o esquartejou e o distribuiu por três malas com rodinha, que enfiou no carro e levou até Cotia para se desfazer. Foi apanhada e presa. E este também não será o último caso do gênero.

Um novo tipo de crime da mala está em curso no Brasil. Consiste em esquartejar os escrúpulos e recheiar malas, não com o que restou deles, mas com dinheiro ilícito. O caso mais flagrante é o do ex-deputado Rodrigo Loures, destacado pelo presidente Temer como seu “homem de confiança” para se entender com os amigos da JBS — e, dali a dias, filmado ao receber uma mala numa pizzeria e, assustado, tomar um táxi com ela no colo. A mala continha R\$ 500 mil em espécie e soube-se depois que ele a escondeu na casa da mãe.

Na sequência, Fred Pacheco de Medeiros, operador e primo do senador Aécio Neves, também foi filmado acomodando em malas R\$ 500 mil da mesma e generosa JBS. E, antes deles, o notório ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto era tão useiro em recheiar mochilas com dinheiro que seu apelido era “Mocha”.

Em todas essas malas e mochilas, vai, aos pedaços, o cadáver do Brasil.

14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

NÉLIO SCHWARTSMAN

## Estado capturado

**SÃO PAULO**— Em seu alentado voto, o ministro Herman Benjamin levantou uma questão importante que não parece ter recebido a devida atenção. Se as delações premiadas são corretas, como ficam as leis que foram aprovadas mediante o pagamento de suborno a autoridades? Apesar de parte dos esquemas de desvio ter sido desmantelada, muitos desses diplomas continuam em vigor, gerando milionárias vantagens para empresas corruptoras e distorcendo a livre concorrência.

Para dar uma ideia da escala do problema, vale rememorar o levantamento feito pela **Folha** em dezembro passado mostrando que apenas duas medidas provisórias encomendadas pela Odebrecht renderam ao grupo R\$ 8,4 bilhões entre 2006 e 2015. A MP 255/05 diminuiu a tributação sobre a nafta, reduzindo os custos operacionais da Braskem, o braço petroquímico da Odebrecht. Já a MP 677/15 permitiu à Braskem comprar energia mais barata da Chesf. Pelo par, o grupo teria pago R\$ 17 milhões em propinas — sob qualquer análise, um negócio da China. Só a Odebrecht teria comprado nove MPs.

Não há muita dúvida de que a coisa decente a fazer é tentar identificar os dispositivos que entraram de contrabando e revogá-los se ainda estiverem em vigor. Em tese, o vício de origem na aprovação dessas leis já é razão suficiente para considerá-las inválidas. É preciso, porém, que alguém, preferencialmente uma força-tarefa envolvendo os três Poderes, faça um levantamento exaustivo dos “jabutis”, e o Judiciário os anule, cobrando ressarcimento se couber.

Aqui já não estamos mais falando de corrupção e sim de um fenômeno ainda mais daninho para a democracia, que é a captura do Estado por interesses privados. Ela é pior do que a corrupção, pois, se corruptos correm uns com os outros e lidam com algum tipo de incerteza, aqueles que compram leis não enfrentam competidores nem correm risco de o negócio não sair como planejado.

14 JUN 2017

14 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Defesa de Aécio diz ao STF que ele está afastado do Senado

Advogados dizem que senador tucano não tem ido à Casa, que vem descumprindo a decisão do tribunal

## Primeira Turma do Supremo decidiu manter presa Andrea, irmã de senador, também delatada por JBS

A defesa do senador Aécio Neves (PSDB-MG) protocolou nesta terça (13) documento no STF para informar que o tucano está afastado das funções parlamentares. O Senado ainda não cumpriu a decisão do ministro Edson Fachin, tomada em 18 de maio, de afastá-lo do mandato, conforme revelou a **Folha**.

O nome do tucano permanece no painel de votação e na lista de senadores em exercício do site do Senado. Seu gabinete tem funcionado normalmente. Se o tucano comparecesse a uma sessão estaria apto a votar, de acordo com técnicos consultados.

Mas, de acordo com os advogados, a decisão de Fachin vem sendo cumprida. A defesa afirma que Aécio "jamais esteve nas dependências do Senado e nem exerceu qualquer atividade parlamentar" e tampouco "esteve no plenário e nem em qualquer comissão daquela Casa".

"Nesse período, o defendente não praticou qualquer ato inerente ao exercício do mandato de senador em total respeito e reverência" à decisão, diz o texto.

O ministro Marco Aurélio, relator do caso de Aécio, cobrou o cumprimento da decisão judicial que determinou o afastamento. Ele pretende ainda levar o caso no próximo dia 20 para análise dos outros quatro integrantes da Primeira Turma do STF.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), negou que tenha descumprido a medida. "Imediatamente eu determinei o cumprimento. A decisão do ministro [Edson] Fachin, de afastar [Aécio] foi liminarmente cumprida por essa presidência", disse, embora reconheça que cumprirá uma "decisão complementar" se receber novas informações da Justiça.

O Senado tem se apoiado na argumentação de que não existe previsão regimental e nem na Constituição para afastamento de um parlamentar. O tribunal, contudo, entende que não há necessidade de informações complementares e que a assinatura de Eunício mostrando conhecimento da decisão de Fachin é suficiente para o cumprimento da decisão judicial.

## IRMÃ

Também nesta terça, por três votos a dois, a Primeira Turma manteve a prisão da jornalista Andrea Neves, irmã de Aécio. Ela está detida desde 18 de maio por suposto envolvimento em crimes apontados por delatores da JBS.

Marco Aurélio defendeu a soltura de Andrea e foi acompanhado por Alexandre de Moraes. Votaram por mantê-la detida Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber.

A maioria entendeu que Andréa deve permanecer presa para evitar que atrapalhe as investigações. Eles também afirmaram que os procuradores suspeitam que ela tenha cometido outros crimes, como lavagem de dinheiro.

Em nota, Aécio disse que Andrea "não oferece qualquer tipo de prejuízo às investigações em curso" e "jamais foi responsável por algum tipo de iniciativa ilícita ou que oferecesse obstrução a quaisquer procedimentos por parte da Justiça". (LETÍCIA CASADO E TALITA FERNANDES)

14 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

### Ranger de dentes

A decisão da primeira turma do Supremo de manter na prisão a irmã de Aécio Neves (MG) despertou forte temor em integrantes do PSDB sobre o desfecho do pedido de prisão do próprio tucano, que será apreciado pelo mesmo grupo de ministros na próxima semana. A avaliação é que o veredito sobre Andrea Neves é, no mínimo, um mau presságio para Aécio. Ao longo desta terça (13), membros da sigla no Congresso conjecturaram sobre como agir na hipótese de o STF encarcerar o senador.

**Crime e castigo** Juristas dizem que seria difícil justificar uma prisão de Aécio pois, ainda que ele tenha sido afastado do mandato, preserva as prerrogativas do cargo de senador. Nesse cenário, o STF teria que inovar o entendimento sobre flagrante para dar base legal à decisão.

**Suor e lágrimas** Parlamentares que estiveram com o tucano logo após a delação da JBS desabar sobre a cabeça dele dizem que, sempre que falava de Andrea, Aécio chorava. Nesta terça, após decisão do STF, aliados disseram que o tucano estava desolado.

**Destino** Grupos no PSDB querem a expulsão do senador, mas a maioria demonstra solidariedade. A ala majoritária diz que, se a situação de agravar, Aécio “saberá o que fazer”, poupando-os do desgaste de debater sua saída.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DATA  
VENIA

14 JUN 2017

A JBS encaminhou aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) um estudo para defender a validade do acordo de colaboração que fez com a PGR (Procuradoria-Geral da República). Nele, a empresa compara a amplitude do que Joesley Batista, seu principal acionista, contou aos procuradores com as informações fornecidas por delatores como Marcelo Odebrecht.

## LISTA

Marcelo Odebrecht delatou 70 agentes políticos. Joesley Batista, 1.893, incluindo até vereadores. O empreiteiro citou 24 políticos com prerrogativa de foro, que são julgados pelo Supremo. O dono da JBS mencionou 34.

Os dois, por sinal, envolveram o presidente Michel Temer nas denúncias.

## COFRE

Os advogados da JBS incluíram também no estudo os valores pagos pelas empresas em acordos de leniência. Dizem que a companhia pagará R\$ 10 bilhões em 25 anos, enquanto a Odebrecht desembolsará R\$ 3,8 bilhões em 23 anos.

## CHAVE

Odebrecht cumprirá pena de 7 anos e seis meses, sendo pouco mais de dois deles em regime fechado. Joesley conseguiu perdão judicial.

## ÉTICA E ESTÉTICA

O procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol vai participar nesta quarta (14) da Jornada Paulista de Cirurgia Plástica, congresso organizado pela regional paulistana da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

Ele falará sobre corrupção e ética nos negócios.

## BYE BYE

O acordo entre a Procuradoria-Geral da República, que foi homologado pelo ministro Edson Fachin, do STF, ganhou ares de escândalo e passou a ser questionado quando se soube que Joesley Batista, depois do perdão, foi para os Estados Unidos num jato particular, levando até um iate para lá.

## NO VOTO

O ministro Fachin vai submeter os questionamentos feitos ao acordo ao plenário do Supremo.

Alguns ministros defendem que ele seja revisto.

14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## O inadiável ajuste nas contas

BETO RICHA

Na dificuldade aprendemos a procurar as saídas mais responsáveis. O Brasil tem um encontro marcado com o deficit nas contas públicas

A persistência da maior crise econômica, ética e social da história do Brasil produziu um inesperado consenso entre economistas e gestores públicos: é inadiável um ajuste fiscal em todos os níveis de poder.

Não faltam críticas procedentes de que deveríamos ter nos antecipado nessa tarefa, aproveitando os tempos de bonança, como na fábula da cigarra e da formiga. É preciso prover e ser previdente no tempo bom, para depois poder enfrentar o inverno.

Com o perdão da ousadia, acho que fizemos um pouco disso no Paraná. Em dezembro de 2014, com os sinais de deterioração no horizonte, iniciamos um forte ajuste.

Encaramos a questão da Previdência dos servidores públicos — que naquele momento impunha compromissos exagerados ao Tesouro estadual — e revisamos alíquotas de impostos, ajustando-as aos níveis praticados em outras unidades da Federação.

Impusemos limites aos gastos e ao crescimento das despesas, que terminaram por contar com boa margem de apoio na iniciativa privada e até mesmo no funcionalismo público. São controles cada vez mais rígidos, que exigem atenção permanente para garantir novas economias e o corte de despesas não prioritárias.

Claro que nos favorece a inevitável comparação com outros Estados, nos quais salários atrasados ou parcelados foram tomados como exemplo de realidade a ser rejeitada. A manutenção de pagamentos em dia é mais importante que o argumento corporativo dos sindicatos, sempre a querer mais e mais benefícios. Fornecedores que recebem nas datas combinadas também fazem parte dessa receita.

Os investimentos públicos voltaram a crescer. As obras de infraestrut

tura criam novas condições para o avanço dos investimentos privados, num ciclo virtuoso e poderoso para debelar crises e gerar empregos.

Costumo dizer que não há mau governo com dinheiro em caixa. Não para entesourar riqueza, mas para organizar e programar os investimentos, segundo prioridades definidas pela sociedade.

Neste momento em que o Brasil precisa, mais do que nunca, de ajustes de Norte a Sul, vejo que a experiência paranaense deve ser olhada como um gesto de coragem e de contribuição para o país.

Não há fórmulas mágicas ou in-dolores, mas é por comparação que vamos descobrindo novos caminhos para retomar o crescimento e recuperar os milhões de empregos perdidos nos desvãos da crise.

O debate sobre a Previdência é apenas parte do problema. No entanto, o êxito de um projeto que devolva solvência ao sistema, sem impor sacrifícios demasiados aos trabalhadores, será visto como o primeiro passo numa reforma maior, que aponte para novas bases nas relações federativas. O contrário disso será desastroso.

Apesar de tudo, sou otimista. É na dificuldade que aprendemos a procurar as saídas mais responsáveis. O Brasil que quer resgatar a esperança tem um encontro marcado com seus deficits nas contas públicas. E não pode fugir dele.

Não se trata mais de escolher entre fazer ou não fazer o ajuste e as reformas. Chegou a hora de ousar e realizar. A história, mais uma vez, cobrará daqueles que possuem a responsabilidade e a oportunidade em suas mãos.

O bom desse desafio é que no final, feito o ajuste, o cenário é bem mais favorável que a fatigante rotina de administrar o caos.

BETO RICHA (PSDB) é governador do Paraná. Foi prefeito de Curitiba e deputado estadual

14 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Projeto dá benefício a igreja em fila da Justiça

Proposta na Assembleia do Rio, em fase final de tramitação, concede prioridade na tramitação de processos

**Deputado afirma que entidades religiosas merecem vantagem porque fazem trabalho social relevante**

NICOLA PAMPLONA  
DO RIO

Um projeto de lei em tramitação na Assembleia do Rio de Janeiro propõe dar prioridade a igrejas na tramitação de processos na Justiça do Estado. A proposta é de autoria do deputado Fabio Silva (PMDB), ligado ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, hoje preso no Paraná.

Em primeira votação nesta terça (13), o projeto foi aprovado com 41 votos favoráveis e 9 contrários. Antes de ser enviado para sanção do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), o texto ainda passará por segunda votação na Assembleia.

A vantagem obtida nesta terça, porém, indica que não haverá dificuldades para aprovar a medida.

“Me surpreendi. Teve gente que mudou de voto depois que eu expliquei melhor a proposta”, disse Silva, que é ligado à Igreja Batista.

O projeto estabelece prioridade de tramitação a “procedimentos administrativos e judiciais em que figurem como parte ou interveniente igrejas ou templos religiosos de todos os cultos ou denominações”. Isso significa que as igrejas terão tratamento equivalente ao conferido a idosos ou portadores de deficiência, passando à frente de outras pessoas físicas ou jurídicas na fila para julgamentos.

No texto em que justifica a apresentação do projeto de lei, Silva alega que essas entidades são “atualmente o maior braço do Estado, ajudando na recuperação de viciados etc”. “Não podemos negar que a função da Igreja é de caráter estrita e amplamente social”, afirma o deputado, que frequenta a Igreja Batista, em sua justificativa.

“Como ficam as outras entidades que também prestam serviços sociais?”, questionou o deputado Marcelo Freixo (PSOL), um dos 9 que votaram contra, para quem a proposta é inconstitucional.

Em entrevista à **Folha** após a aprovação, Silva defendeu que sua proposta “vai muito mais além” de priorizar as igrejas na fila de processos ju-

diciais e administrativos.

“Ele trata inclusive da questão da intolerância religiosa, pois em muitos municípios processos administrativos acabam sendo engavetados por serem de determinadas denominações”, argumentou o deputado.

Silva diz que o projeto está aberto a emendas, que poderiam priorizar também outras entidades, e criticou os opositores. “Sempre que se pauta um tema ligado à igreja, principalmente a evangélica, é essa confusão.”

O projeto seria votado na semana passada, mas seus opositores conseguiram manobrar para evitar a discussão em um Legislativo já esvaziado após a votação de projetos do pacote anticrise do governo Pezão.

O deputado Fábio Silva é filho do ex-deputado Francisco Silva, dono da rádio evangélica Melodia FM e tido como padrinho político de Cunha. O ex-presidente da Câmara foi um dos apoiadores de sua campanha à Prefeitura de Seropédica em 2016, na qual acabou derrotado. “Isso não vem ao caso em relação ao tema em pauta”, disse Silva, quando questionado sobre a relação com Cunha.

14 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Acusados de acidente da TAM são absolvidos

Tribunal federal manteve a decisão anterior;

199 morreram em Congonhas, em 2007

O Tribunal Regional Federal (TRF) manteve, nesta segunda-feira (12), a decisão da Justiça Federal paulista que absolveu os três acusados pelo acidente com um Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, em julho de 2007.

Cabe recurso à decisão em instâncias superiores da Justiça, como o STF (Supremo Tribunal Federal).

O acidente matou 199 pessoas, entre tripulantes, passageiros e funcionários da empresa que estavam em solo. Na ocasião, o Airbus não parou na pista e explodiu ao bater em um posto de gasolina e em um prédio da TAM.

A decisão anterior da Justiça era de maio de 2015.

Foram mais uma vez absolvidos Denise Abreu, então diretora da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro, ex-diretor de segurança de voo da TAM, e Alberto Fajerman, ex-vice-presidente de operações da companhia aérea.

No entanto, o colegiado do TRF, composto por três desembargadores, decidiu nesta segunda, por unanimidade, que não houve comprovação de que uma ação direta dos três contribuiu para o acidente. Os desembargadores se apoiaram no relatório do Cenipa (Centro de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos), que indicou que o acidente ocorreu pela operação inadequada das manetes de potência do avião e não em consequência de eventual decisão dos réus.

As manetes são comandos que controlam a potência da aeronave. Uma delas estava

em posição de aceleração, o que fez o avião não frear.

O documento apontou ainda que as condições climáticas ou as condições da pista do Aeroporto de Congonhas não foram decisivas para o acidente.

As defesas dos três acusados no acidente já haviam dito à **Folha**, quando foram absolvidos na Justiça Federal de São Paulo, que a decisão “havia feito Justiça”.

Procurada, a Latam (empresa resultante da fusão de TAM e da chilena LAN) informou que tomou conhecimento do parecer do TRF e que “está acompanhando o curso regular do processo”.

14 JUN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Richa participa de posse de procuradora no CNJ

*Procuradora de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, tomou posse como conselheira do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2017/2019*



“Maria Tereza tem todos os atributos para assumir as funções de conselheira no CNJ”, afirmou Richa

O governador Beto Richa participou ontem, em Brasília, da posse da procuradora de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, como conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o biênio 2017/2019. A vaga era ocupada pelo advogado Emmanoel Campelo até outubro do ano passado.

“Maria Tereza tem todos os atributos para assumir as funções de conselheira no CNJ”, afirmou o governador. “Além da experiência comprovada no exercício de vários cargos, ela mostrou competência e sensibilidade social em sua passagem pela Secretaria de

Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, período em que contribuiu para reduzir consistentemente o número de internos nas delegacias e carceragens paranaenses”, acrescentou o Richa.

Entre 2011 e 2014, no cargo de secretária da pasta, Maria Tereza implantou o Sistema Eletrônico de Execução Unificado no Paraná, ferramenta que permite o controle das execuções penais e do sistema carcerário. O programa reduziu em 67% a superlotação das unidades prisionais do Estado entre 2010 e 2013 e, hoje em dia, é utilizado em todo o Brasil.

14 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Justiça Pesquisa com indicadores para melhorar formação de juízes

Propostas de melhoria na formação e atuação de juízes passam a fazer parte da série de estudos Justiça Pesquisa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A presidente do conselho, ministra Cármen Lúcia, assinou um termo de cooperação para adição das análises, na manhã desta terça-feira (13/6) na sede do CNJ.

Os itens propostos, dentro da série Justiça Pesquisa, irão identificar necessidades de aprendizagem para a capacitação continuada de magistra-

dos e para aperfeiçoar a prática jurisdicional ligada às áreas dos estudos contratados.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) é parceira do projeto. Diretora-geral da Enfam, a ministra Maria Thereza de Assis, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinou o acordo em nome do órgão.

A convocação, via edital, e seleção das instituições para produzir o Justiça Pesquisa será coordenada pelo CNJ.

### 5ª Turma do STJ anula julgamento de réu que não tinha advogado constituído

O Tribunal de Justiça de São Paulo terá de analisar novamente a apelação de um réu que foi julgado na corte sem ter advogado constituído. A decisão é da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em decisão unânime, reconheceu que houve violação ao princípio da ampla de-

fesa e concedeu Habeas Corpus ao réu, anulando o julgamento. No pedido de Habeas Corpus, a defesa invocou a Súmula 708 do Supremo Tribunal Federal, que prevê a invalidade do julgamento quando o defensor do réu renuncia e ele não é previamente intimado para constituir outro.

14 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Juiz bloqueia bens de ex- chefe da Criminalística

*Em um dos casos, o perito  
teria retardado a entrega  
do laudo por 16 anos*

Hatael Machado

Grupo FOLHA

Acusado de improbidade administrativa por irregularidades supostamente cometidas ao logo do exercício do cargo de perito oficial do ICL (Instituto de Criminalística de Londrina), Daniel Felipetto teve R\$ 1,1 milhão em bens bloqueados em decisão proferida pelo juiz substituto da 1ª Vara da Fazenda Pública, Leonardo Delfino Cesar. A medida, com data de segunda-feira (12), foi requisitada em ação civil pública interposta pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público no último dia 8.

Na ação, o promotor Renato de Lima Castro aponta como condutas ímprobas o uso de sala do ICL para a elaboração de laudos periciais de natureza privada; o acúmulo inconstitucional dos cargos públicos de perito criminal oficial do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná e de perito judicial em ações cíveis; e deixar de praticar ato de ofício, consistente na realização de perícias criminais vinculadas a inquéritos policiais ou ações penais que necessitavam da referida prova.

Documentos juntados ao processo, escreveu o juiz, "indicam que o réu deixou de realizar dezenas de perícias técnicas requisitas por

autoridades públicas ao Instituto de Criminalística de Londrina, ignorando reiterações e pedidos de informações". Em um dos casos, Felipetto teria retardado a perícia por 16 anos. "Os documentos apreendidos por ocasião de busca e apreensão revelam que dezenas de perícias requisitadas ao longo de uma década não mereceram qualquer sorte providência do agente público, que aparentemente as "arquivou" sponte propria e segundo sua conveniência", acrescentou.

O pedido do promotor era o bloqueio de R\$ 2 milhões em bens. No entanto, no entendimento do magistrado, a indisponibilidade decretada, correspondente a 50 vezes o salário do perito, é suficiente para cobrir a multa civil – caso o servidor venha a ser condenado.

Felipetto coordenou o órgão em Londrina de 1995 até agosto de 2013. Procurado pela reportagem, disse que não quer se manifestar por enquanto. Na ação, a Promotoria do Patrimônio Público solicitou a indisponibilidade de R\$ 2,3 milhões nos recursos do ex-diretor da Criminalística. O MP também o acusou de enriquecimento ilícito porque "a concretização desses atos só foi possível porque deixou de praticar função de ofício".

Após deixar Londrina, Felipetto foi nomeado para uma diretoria do Instituto de Criminalística em Curitiba. Entretanto, em abril, após uma decisão da 5ª Vara Criminal, foi afastado do órgão. Conforme o Portal da Transparência do governo do Estado, o salário bruto de perito, em maio, foi de R\$ 22,6 mil.

14 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

# Imóvel de ex-prefeito vai a leilão por multa eleitoral

Loriane Comeli e  
Rafael Machado  
*Reportagem Local*

Uma casa do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) deve ir a leilão no próximo dia 30 de junho por decisão do juiz da 41ª Zona Eleitoral, Elias Duarte Rezende, em razão de uma multa eleitoral decorrente das eleições municipais de 2012, quando Barbosa ficou em quarto lugar no pleito, apoiado pelo PTC e PSDC, partidos também multados. O processo já está em fase de execução de sentença pela Fazenda Nacional.

De acordo com o edital do leilão, a residência fica no Jardim Universitário (zona oeste) e está avaliada em R\$ 836,6 mil. O valor da execução pela 41ª Zona Eleitoral é de R\$ 203 mil. A primeira praça do leilão está marcada para às 13 horas, por valor igual ou superior ao da avaliação. A segunda, após às 14 horas, a quem oferecer o maior valor, que deve ser, no entanto, superior a R\$ 418,3 mil (50% do valor da avaliação). Sobre o imóvel incidem restrições decorrentes de processos que o ex-prefeito responde em outras varas.

Barbosa, que exerceu o mandato de prefeito entre maio de 2009 e julho de 2012, teve o mandato cassado pela Câmara Municipal, mas, mesmo assim, disputou a reeleição em 2012. Seu governo foi alvo de investigações do Ministério Público e ele responde a mais de uma dezena de

ações cíveis e criminais em razão de supostas irregularidades administrativas e desvio de dinheiro público.

Procurado pela reportagem da FOLHA, o advogado Edson Alves da Cruz, que defende Barbosa Neto, disse que a Justiça Eleitoral está “equivocada” e que o imóvel prestes a ser leiloado “não é de propriedade” do ex-prefeito. A defesa também argumentou que Barbosa “tem ganhado mais ações do que se imagina” e que o “próprio Judiciário tem revisto muitas decisões”. “Há muitas sentenças favoráveis que deverão sair nas próximas semanas.”

14 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

# STF vai votar prisão de

# Aécio na

# próxima semana

O ministro Marco Aurélio Mello levará  
pedido para julgamento na Primeira  
Turma da Corte; defesa garante que tucano  
está afastado do Senado

São Paulo - O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), informou nesta terça-feira (13) que levará o pedido de prisão contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) para julgamento na Primeira Turma da Corte na próxima terça-feira (20). A prisão foi inicialmente negada pelo relator anterior do caso, ministro Edson Fachin, que decidiu somente afastar Aécio das atividades de senador. A Procuradoria-Geral da República entrou com um agravo contra a decisão, ao mesmo tempo em que a defesa do tucano interpôs um agravo para garantir a liberdade dele.

Ambos os pedidos serão levados à votação na Primeira Turma no mesmo dia, disse hoje o ministro Marco Aurélio, que foi sorteado o novo relator do caso de Aécio após ser acatado um pedido da defesa pela redistribuição do processo. "Serão analisados os extremos", disse.

O ministro ressaltou que, caso provocado pela PGR, poderá pedir esclarecimento ao Senado sobre o cumprimento da decisão que determinou o

afastamento de Aécio das atividades parlamentares. Para Marco Aurélio, não basta que o senador se afaste voluntariamente, mas que o cargo seja considerado vago, sendo convocado um suplente, o que ainda não foi feito. "Fica uma cadeira vaga. O desejável não isso, é que ela esteja preenchida", disse Marco Aurélio. "Ao que tudo indica, o episódio de dezembro está fazendo escola. Não me passa pela cabeça que o Senado não cumpra decisão judicial", acrescentou o ministro, fazendo referência ao caso Renan Calheiros, no fim do ano passado, quando a Mesa Diretora do Senado decidiu não cumprir decisão liminar pelo afastamento do político alagoano da presidência da Casa.

## DEFESA

A defesa de Aécio Neves protocolou nessa terça (13) documento no STF para informar que o tucano está afastado das funções parlamentares. O Senado ainda não cumpriu a decisão do ministro Edson Fachin, tomada em 18 de maio, conforme antecipou a "Folha de S. Paulo".

O nome do tucano permanece no painel de votação e na lista de senadores em exercício do site do Senado. Seu gabinete tem funcionado normalmente. Se o tucano comparecesse a uma sessão estaria apto a votar, de acordo com técnicos consultados. Mas, de acordo com os advogados, a decisão de Fachin vem sendo cumprida com rigor.

No documento, a defesa afirma que Aécio "jamais esteve nas dependências do Senado Federal e nem exerceu qualquer atividade parlamentar" e tampouco "esteve no plenário e nem em qualquer comissão daquela Casa".

"Em suma, nesse período, o defendente não praticou qualquer ato inerente ao exercício do mandato de senador da República em total respeito e reverência" à decisão, diz o texto.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirmou que aguarda uma nova manifestação do Supremo sobre como a Casa deve cumprir a determinação.

**CONTINUA**

14 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Também nessa terça, por três votos a dois, a Primeira Turma manteve a prisão da jornalista Andrea Neves, irmã de Aécio. Ela está detida desde 18 de maio por envolvimento em crimes apontados por delatores da JBS.

#### **CISÃO TUCANA**

A decisão do PSDB de permanecer no governo não coloca um ponto final na divisão interna do partido. Nessa terça-feira (13), algumas horas depois de a Executiva nacional optar pela permanência da legenda na base aliada, os "cabeças-pretas" se reuniram para discutir como se comportarão daqui em diante.

Esses deputados estudam marcar posição, publicamente, para demonstrar que discordam dos rumos adotados na Executiva. Eles avaliam, no entanto, que ainda é muito cedo para fazer uma sinalização contrária à definida pela maioria dos tucanos. Por isso, é possível que os "cabeças-pretas" voltem a se manifestar publicamente somente na semana que vem. Dos 46 deputados que integram a bancada tucana na Câmara dos Deputados, 14 continuam firmes na defesa de que é preciso abandonar Michel Temer.

14 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Fachin determina transferência de Rocha Loures para carceragem da PF

Breno Pires  
e Isadora Peron  
*Agência Estado*

**Brasília** - O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a transferência do ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), do Complexo Penitenciário da Papuda, para a carceragem da Polícia Federal, em Brasília. A decisão se deu em resposta a um pedido apresentado pela defesa do ex-assessor especial do presidente Michel Temer, com quem é investigado em um inquérito aberto com base nas delações da JBS. A defesa apontou "ameaças diretas e indiretas à vida de Rodrigo", no pedido.

No relatório de Fachin, o ministro destaca que, "em 08 de junho de 2017, o pai do requerente teria recebido uma ligação telefônica de um conhecido da família que lhe avisou estar o requerente correndo risco de vida caso não concordasse com a delação premiada". A defesa também disse que o interior de prisões é um local "propício para se encaminhar 'um matador'".

"Os fatos narrados, ainda que não estejam desde logo embasados em elementos probatórios que lhes deem suporte, são graves o suficiente para que se dê ao menos notícia ao Ministério Público a quem incumbe, no âmbito

de suas atribuições, deflagrar instrumentos voltados à respectiva apuração", afirmou Fachin, em sua decisão, remetendo os autos à Procuradoria-Geral da República para que se manifeste sobre o pedido de Rocha Loures, que buscava passar para a prisão domiciliar.

"Até ulterior deliberação, determino a remoção do custodiado Rodrigo dos Santos da Rocha Loures para a carceragem da Polícia Federal, a quem incumbo as cautelas necessárias à preservação da integridade física do requerente. Oficie-se com urgência", determinou Fachin.

14 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## TRF mantém absolvições por acidente da TAM

São Paulo - O TRF (Tribunal Regional Federal) manteve a decisão da Justiça Federal paulista que absolveu os três acusados em um processo que cobrava a responsabilidade criminal pelo acidente com um Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, em julho de 2007. Cabe recurso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O acidente matou 199 pessoas, entre tripulantes, passageiros e funcionários da empresa que estavam em solo. O Airbus não parou na pista e explodiu ao bater em um posto de gasolina e em um prédio da TAM.

Foram mais uma vez absolvidos Denise Abreu, então diretora da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro, ex-diretor de segurança de voo da TAM, e Alberto Fajerman, ex-vice-presidente de operações da empresa.

A Procuradoria havia pedido a condenação dos três acusados a 24 anos de prisão por atentado contra a segurança de transporte aéreo na modalidade dolosa (quando há a intenção). No pedido feito à Justiça, o procurador da República Rodrigo de Grandis os responsabiliza criminalmente pelo acidente do voo TAM JJ 3054.

No entanto, o colegiado do TRF, composto por três desembargadores, decidiu nesta segunda (12), por unanimidade, que não houve comprovação de que uma ação direta dos três contribuiu para o acidente.

Os desembargadores se apoiaram no relatório do Cenipa (Centro de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos), que indicou que o acidente ocorreu pela operação inadequada das manetes de potência do avião e não em consequência de eventual decisão dos réus. As manetes são comandos que controlam a potência da aeronave. Uma delas estava em posição de aceleração, o que fez o avião não frear. O documento apontou ainda que as condições climáticas ou as condições da pista do Aeroporto de Congonhas não foram decisivas para o acidente.

As defesas dos três acusados no acidente já haviam dito à Folha de S. Paulo, quando foram absolvidos na Justiça Federal de São Paulo, que a decisão "havia feito Justiça". Procurada, a Latam (empresa resultante da fusão de TAM e LAN) informou que tomou conhecimento da decisão do TRF e que "está acompanhando o curso regular do processo".

## INFORME FOLHA

### Cunha depõe hoje

O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) vai prestar depoimento nesta quarta-feira (14) no inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente Michel Temer após a delação dos empresários do Grupo J&F. A oitiva está marcada para as 11h, na sede da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba. Em manifestação enviada ao STF, porém, a defesa do peemedebista pede para que o depoimento seja adiado, pois os elementos do inquérito "não são de pleno conhecimento" de Cunha. Um eventual adiamento do depoimento depende do aval do relator do caso no Supremo, ministro Edson Fachin.

14 JUN 2017

## BEMPARANÁ

### Justiça manda estado restituir ICMS indevido da conta de luz

O Estado de São Paulo foi condenado a devolver a moradores de Santos o valor indevido cobrado a título de ICMS na conta de luz nos últimos cinco anos, acrescido de juros e correção monetária. A cobrança indevida decorre da ilegal incidência do ICMS sobre o valor total da fatura – incluindo tarifas de uso do Sistema de Transmissão (TUST-residencial) e Distribuição (TUSD-empresas) aumentando significativamente a base de cálculo do tributo, que deve incidir sobre valor da energia consumida.

As decisões foram proferidas pelos juízes da Primeira e da Terceira Vara da Fazenda Pública de Santos e estão sujeitas a recurso por parte da defensoria do Estado de São Paulo, no primeiro momento, perante a Corte Estadual.

O aumento na conta de

luz – em função da cobrança de ICMS sobre as tarifas de transmissão ou distribuição – chega a absurdos 35% do valor devido pelo efetivo consumo de energia, o que pode representar uma restituição em torno de 6/7 mil reais para consumidores de baixa renda, que naturalmente consomem menos energia.

Considerando o escancarado abuso por parte dos governos estaduais a maioria das decisões judiciais proferidas tem concedido liminar para a suspensão imediata dessa cobrança indevida.

A tramitação das ações é relativamente rápidas (em torno de seis meses), especialmente em relação à solução do primeiro problema, que é a suspensão da cobrança indevida (com a exclusão das tarifas da base de cálculo do imposto),

continuando discussão sobre a restituição dos valores cobrados nos últimos cinco anos.

Segundo o advogado, se o que a pessoa tiver direito for menor do que 60 salários-mínimos, o tempo para pagamento costuma ser inferior a um ano.

Segundo especialistas, o fator gerador do ICMS deve levar em consideração apenas o valor da energia elétrica consumida, conforme detalhamento da fatura mensal e o consumidor final não deve pagar de forma extraordinária pelas operações de transmissão ou distribuição, que são custos normais da prestação do serviço, anteriores e independentes da utilização e consumo da energia elétrica que, diga-se é uma das mais caras do planeta terra.

\*Euclides Morais- advogado  
(euclides@direitopublico.adv.br)

14 JUN 2017

BEMPARANÁ

# Fachin manda transferir Rocha Loures

Defesa alega que ex-deputado estaria recebendo ameaças de morte após prisão; peemedebista deixa presídio e volta para PF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin determinou ontem a transferência do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures do presídio da Papuda para a carceragem da Polícia Federal em Brasília. A decisão de Fachin foi motivada por uma informação sobre uma suposta ameaça à vida de Loures.

Em petição encaminhada ao Supremo, a defesa do ex-deputado disse que, na semana passada, o pai de Loures recebeu uma ligação telefônica de um conhecido, que alertou a família sobre a possibilidade de Loures estar correndo "risco de vida" caso não concordasse em assinar acordo de delação premiada.

Os advogados pediram a concessão de prisão domiciliar e uma escolta de agentes da PF para garantir a segurança de Loures e sua família. Apesar de determinar a transferência, Fachin negou os dois pedidos dos advogados até que a Procuradoria-Geral da República (PGR) apure o caso.

"Os fatos narrados, ainda que não estejam desde logo embasados em elementos probatórios que lhes deem suporte, são graves o suficiente para que se dê ao menos notícia ao Ministério Público a quem incumbe, no âmbito de suas atribuições, deflagrar instrumentos voltados à respectiva apuração", decidiu o ministro.

Na mesma decisão, Fachin disse que a PF deverá cuidar a integridade física de Loures. "Até ulterior deliberação, determino a remoção do custodiado Rodrigo dos Santos da Rocha Loures para a carceragem da Polícia Federal, a quem incumbe as cautelas necessárias à preservação da integridade física do requerente".

Loures foi preso no sábado por determinação do ministro Fachin. Em abril, o ex-deputado foi flagrado recebendo uma mala contendo R\$ 500 mil, que teria sido enviada pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS.

# PAINEL

## Sucessão

Filho de relacionamento extraconjugal tem direito a figurar na sucessão mesmo após o fim do inventário e o seu trânsito em julgado. O entendimento é da 4ª Turma do STJ

## Palestra

No próximo dia 17 de junho, a Academia de Direito do Centro Europeu, de Curitiba (PR), vai receber o jurista Professor René Dotti para uma palestra especial em comemoração à formatura da turma de Prática em Advocacia Criminal, batizada em sua homenagem. Informações: [www.centroeuropeu.com.br](http://www.centroeuropeu.com.br) e pelo fone (41) 3339.6669.

## Cotas

A Lei de Cotas, que reserva 20% das vagas em concursos públicos para negros e pardos no serviço público federal, é constitucional. O entendimento é do STF.

## Fórum

A Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR), com o apoio da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), realizará no dia 20 de junho, no Auditório do STJ o VIII Fórum de Integração Jurídica - Direito Notarial e de Registro. O evento é gratuito. Informações: (61) 3323-1555 ou pelo e-mail [eventos@anoregbr.org.br](mailto:eventos@anoregbr.org.br)

## Tornozeleira

Retirar a tornozeleira eletrônica é falta grave e justifica a revogação da prisão domiciliar. O entendimento é da 1ª Turma do STF.

14 JUN 2017

# BEMPARANÁ

## Direito sumular —

Súmula nº 584 do STJ-  
As sociedades corretoras de seguros, que não se confundem com as sociedades de valores mobiliários ou com os agentes autônomos de seguro privado, estão fora do rol de entidades constantes do art. 22, § 1º, da Lei 8.212/1991, não se sujeitando à majoração da alíquota da Cofins prevista no art. 18 da Lei 10.684/2003.

## EM ALTA



O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), informou ontem que levará o pedido de **PRISÃO DO SENADOR AÉCIO NEVES (PSDB-MG)** para julgamento na Primeira Turma da Corte na próxima terça-feira. A prisão foi inicialmente negada pelo relator anterior do caso, ministro Edson Fachin.

14 JUN 2017

## BEMPARANÁ

# Moro condena Sérgio Cabral

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral foi condenado ontem a 14 anos e 2 meses de prisão pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba. A sentença foi proferida pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro (12 vezes) em processo a que ele responde no âmbito da Operação Lava Jato.

“O crime insere-se em um contexto mais amplo, revelado nestes mesmos autos, da cobrança sistemática pelo ex-governador e seu grupo de um percentual de propina incidente sobre toda obra pública no Estado do Rio de Janeiro”, diz Moro na sentença. Além da pena de reclusão, Cabral deve pagar uma multa de cerca de R\$ 528 mil.

O juiz determinou, ainda, que Cabral terá de responder preso caso decida recorrer da decisão em primeira instância. A progressão de regime, segundo o despacho, só deve acontecer após a devolução das vantagens indevidas recebidas.

“A responsabilidade de um Governador de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. Não pode haver ofensa mais grave do que a daquele que trai o mandato e a sagrada confiança que o povo nele deposita para obter ganho próprio”, escreveu Moro na sentença.

14 JUN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

# A agonia de uma família

A situação atual a que está submetida a família Rocha Loures é fruto de uma inconsequência que está custando caro. Acossado por todos os lados, o primogênito "Rodrighinho" vê cair todo o castelo de cartas que havia montado como assessor mais próximo de Michel Temer. E, se já não bastassem as agruras

de estar preso, agora Rodrigo Rocha Loures ainda está tendo que conviver com ameaças de morte.

Pelo menos é isso que se deduz ao olhar para a ordem emitida ontem pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que Rocha Loures seja transferido novamente, desta vez da Peni-

tenciária da Papuda para a carceragem da Polícia Federal, em Brasília. A explicação do ministro é de que o ex-deputado estaria correndo "risco de morte" caso não assinasse uma delação premiada, decisão que Rocha Loures efetivamente ainda não tomou.

Enquanto isso, pai, mãe, esposa e demais

familiares de "Rodrighinho" veem o ex-deputado como mais uma vítima do sistema corrupto da política brasileira, e agonizam juntos, como família. Com o componente extra de que o que está em jogo, a partir de agora, é a própria vida, e não uma mala carregada com meio milhão de sonhos. ■

## Rocha Loures é transferido após ameaças de morte

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin determinou ontem a transferência do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures do presídio da Papuda para a carceragem da Polícia Federal em Brasília. A decisão de Fachin foi motivada por uma informação sobre uma suposta ameaça à vida de Loures. Segundo um amigo da família, Loures estaria correndo "risco de vida" caso não concordasse em assinar acordo de delação premiada.

Dessa forma, os advogados pediram a concessão de prisão domiciliar e uma escolta de agentes da PF para garantir a segurança de Loures e de sua família. Na decisão, Fachin disse que a PF deverá preservar a integridade física de Loures. "Até ulterior deliberação, determino a remoção do custodiado Rodrigo dos Santos da Rocha Loures para a carceragem da Polícia Federal, a quem incumbe as cautelas necessárias à preservação da integridade física do requerente", escreveu Fachin. ■

14 JUN 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRIBUNINHAS

---

### TRANSFERÊNCIA

O ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), preso no Presídio da Papuda desde o dia 3 de junho, voltará para a carceragem da Polícia Federal, em Brasília, por



Pedro Serápio

determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. Em despacho, Fachin afirmou que a defesa de Rocha Loures, ex-assessor especial do presidente Michel Temer, alegou que ele corre “risco de vida” no complexo penitenciário diante dos rumores de que ele deseja fazer um acordo de delação premiada.

### GRAVAÇÕES

Os peritos da Polícia Federal que analisam a gravação feita pelo empresário Joesley Batista com o presidente Michel Temer já recuperaram alguns trechos da conversa que estavam inaudíveis, segundo reportagem do Jornal Hoje de ontem. Os áudios e o gravador apresentados pelo empresário na colaboração premiada fechada com a Procuradoria-Geral da República (PGR) estão passando por perícia da PF por ordem do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, e a pedido da defesa de Temer.

### PROTESTO

O movimento Vem Pra Rua promoveu um protesto bem humorado ontem contra a absolvição da chapa Dilma-Temer pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Coroas de flores representando os 27 estados da federação foram colocadas na grade em frente ao suntuoso prédio da Corte eleitoral, em Brasília, construído pela empreiteira OAS.